

## AS BANDEIRAS NO ESTADO NOVO: O CONCEITO DE BIODEMOCRACIA EM *A MARCHA PARA OESTE* DE CASSIANO RICARDO

Ana Paula Rodrigues Carvalho<sup>97</sup>

Artigo recebido em: 22/03/2018

Artigo aceito em: 05/06/2018

### RESUMO:

Este artigo tem por objetivo discutir a respeito do conceito de biodemocracia desenvolvido por Cassiano Ricardo na obra *Marcha para Oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. É nesta obra que o autor formula suas ideias a respeito da existência de uma democracia racial tipicamente brasileira, pautada pela convivência harmoniosa entre as três raças (indígena, negra e branca). Em um momento em que o Estado Novo se encontrava envolvido em um projeto civilizatório rumo ao oeste, Cassiano por meio da simbologia bandeirante buscou tecer analogias com a sociedade brasileira de sua contemporaneidade. As bandeiras, nesta conjectura, são apropriadas de modo a propagar um legado glorioso do passado nacional assim como impulsionar e legitimar um projeto no presente.

### PALAVRAS-CHAVE:

Estado Novo; Marcha para o Oeste; biodemocracia.

### RIASSUNTO:

Questo articolo si propone di discutere il concetto di biodemocrazia sviluppato da Cassiano Ricardo nel libro *Marcha para Oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. In questo libro l'autore formula le sue idee sull'esistenza di una democrazia razziale tipicamente brasiliana, basata sull'armoniosa convivenza tra le tre razze (indígena, caucásica e nera). In un momento in cui l'*Estado Novo* fu coinvolto in un progetto di civiltà verso ovest, Cassiano, attraverso la simbologia *bandeirante*, cercò di costruire analogie con la società brasiliana della sua contemporaneità. Le *bandeiras*, in questa congettura, sono appropriate per propagare un'eredità gloriosa del passato nazionale e per spingere e legittimare un progetto nel presente.

### PAROLE – CHIAVE:

---

<sup>97</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós- graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Estado Novo; Marcia verso ovest; Democrazia biologica.

\* \* \*

## INTRODUÇÃO

Propõem-se neste trabalho analisar a obra *Marcha para Oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*, de Cassiano Ricardo, com o objetivo de analisar o conceito de biodemocracia desenvolvido pelo autor. Buscou-se analisar de forma mais específica a formação da população brasileira resultante do processo de mestiçagem que deu origem a democracia biológica e social e as analogias construídas entre o contexto das bandeiras e o Estado Novo.

A Marcha para o Oeste foi um plano colonizador instituído em 1938 durante o Estado Novo por Vargas. Prefixou-se como objetivo final a integração nacional, por meio da ocupação, povoamento e exploração das áreas “desocupadas” da região Centro-Oeste até a Amazônia. A marcha em direção ao sertão aparece tanto em obras literárias como no discurso político como uma missão desbravadora de construção da nação e do novo povo brasileiro.

A marcha retrataria a imagem de uma nação que por meios de suas próprias forças e trabalho coletivo enveredava em direção de sua concretização e plenitude. O ‘imperialismo interno’ seria o fado do povo brasileiro, ou de acordo com as palavras proferidas por Vargas “a brasilianidade se dá por meio da interiorização do oeste”. (LENHARO, 1986, p.56).

De acordo com Lucia Lippi Oliveira,

A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de “imperialismo interno”, cujo exemplo maior foi Rondon (OLIVEIRA, 2008, p.16).

Getúlio Vargas, em conformidade com sua política centralizadora, toma para si a

tarefa de guiar a nação verso sua expansão interna. Segundo Alcir Lenharo (1986), o governo do Estado Novo se deu sobretudo a partir da invalidação dos princípios liberais. Com a crise do liberalismo decorrente da I Grande Guerra e da Revolução Russa, o governo varguista, como alternativa, propôs uma política de “controle social através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem” (CAPELATO, 2003, p.109).

Vargas, neste contexto, se apresenta como líder capaz de organizar os meios necessários pra consecução do progresso nacional. A conquista do oeste sob sua guia levaria a integração do território como também ao desenvolvimento de áreas até então “desocupadas”. A colonização destas áreas demograficamente “vazias” eram colocadas também como solução para as tensões sociais que vinham se desenrolando nos grandes centros urbanos. A ocupação do campo além de esvaziar estas tensões seria também responsável pela formação da classe de pequenos proprietários capitalistas, que levariam adiante o projeto desenvolvimentista industrial posto em pauta pelo governo.

A propaganda e toda simbologia criada em torno da figura de Vargas tiveram papel importante neste contexto de expansão interna. Segundo Lenharo, em um momento em que:

(...) eram negadas as vias institucionais de participação política, o regime promovia as suas formas de participação; toda a estratégia de propaganda armada sobre o slogan da Marcha para Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela (LENHARO, 1986, p.14).

## 2. A MARCHA PARA O OESTE E OS INTELECTUAIS

A propaganda teve um papel central em fazer vislumbrar à população todas as obras que acompanhavam o desbravamento do território. A conquista do oeste foi instrumentalizada politicamente. A abertura de estradas, a instalação de colonos, o contato e integração pacífica de comunidades indígenas, a instalação de pequenas escolas rurais e pequenos hospitais para o atendimento da população rural, todos estes recursos eram mobilizados para aumentar o apelo e sensação de participação na população. (LENHARO,

1986, p.72-73).

Alguns intelectuais participaram ativamente na formulação de mensagens promocionais sobre a expansão do oeste e de uma nação que marcha em direção a conquista de si mesma. É neste contexto que as questões culturais são inseridas nas pautas políticas. De acordo com Mônica Pimenta Velloso (1982, p.72), “a questão da cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade”.

A intelectualidade brasileira foi convocada a tomar para si a tarefa de traduzir os anseios e auspícios do governo para sociedade. A arte abandona sua vocação meramente decorativa e assume tons utilitaristas ao buscar elaborar e divulgar as doutrinas da ditadura varguista.

De acordo Maria Helena Capelato, o Estado Novo “teve uma preocupação nítida em fazer produzir, ou aproveitar para seu uso, um conjunto de princípios e idéias, pelos quais se auto interpretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileiras (CAPELATO, 1982, p.09). A constituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, em substituição ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP), foi essencial para a realização desta finalidade.

Ficava sob a responsabilidade do DIP a centralização e coordenação de todo material propagandístico realizado à nível nacional e internacional. Era também de sua competência incentivar e produzir a elaboração de cartazes, livros, artigos laudatórios do governo, filmes, peças teatrais. Segundo Capelato (2003, p.127), “cabia as divisões do DIP organizar, estimular e divulgar a produção artística, popular e erudita; esperava-se que as artes se transformassem em elementos formadores das massas”.

Logo, a finalidade deste órgão estava estritamente ligada à questões relativas a educação cívica, seu objetivo primário era consolidar o sentimento de nacionalidade na sociedade brasileira. Novas estratégias de poder são então formuladas, o estado, sob esta ótica, expande seus domínios sobre a sociedade civil tomando para si a função de educador e organizador da sociedade.

O DIP era também responsável por aplicar a censura sobre qualquer tipo de manifestação cultural e artística que ia contra os desígnios do governo. Como discutido por Capelato, durante o Estado Novo alguns intelectuais foram vítimas da censura e de outras formas de repressão, no entanto alguns foram beneficiados pelas políticas de governo. Segundo a autora, “muitos intelectuais foram convocados a participar da organização do novo Estado e a teorizar sobre a “questão nacional” ou criar obras de artes, adequadas aos propósitos do novo poder” (CAPELATO, 2003, p.130).

Este foi o caso da intelectualidade que gravitava em torno à Lourival Fontes, diretor do DIP, como Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Motta Filho. Segundo Velloso, estes intelectuais foram responsáveis pelas “linhas mestras da política cultural direcionada às camadas populares” (VELLOSO, 2003, p.150). Uma política cultural que se voltava e se identificava com um passado supra valorizado como forma de legitimar políticas atuais. Este é o caso da recuperação da figura do bandeirante como exemplo de brasilidade, força e superioridade, presente, por exemplo, na obra de Cassiano Ricardo.

### 3. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM CASSIANO RICARDO

Cassiano Ricardo nasceu em 1895 na cidade de São José dos Campos. Graduou-se em Direito em 1917 pela Universidade Brasil, no Rio de Janeiro. Tentou carreira como advogado em Rio de Janeiro e São Paulo, mas devidos as dificuldades na empreitada acabou se transferindo com a família para o sul, na cidade de Vacaria (RS). Em 1923 retornou a São Paulo onde se estabeleceu como advogado e trabalhou como jornalista no jornal *Correio Paulistano*, ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP).

Em 1928 Cassiano Ricardo abandonou o ofício de advogado e ingressou na carreira de funcionário público como censor teatral e cinematográfico. De acordo com Maria José Campos (2006), é neste período que Cassiano estabeleceu contatos com vários políticos, o que o levou posteriormente ao cargo de diretor do expediente do Palácio do estado de São Paulo. Em 1932 se tornou interventor federal e em 1935 foi nomeado diretor da revista *São Paulo*.

Ainda na década de 1930, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, juntamente com outros intelectuais modernistas, participaram ativamente do Movimento Bandeira. Este movimento de cunho nacionalista caracterizava-se, para além da crítica feita ao integralismo, pelo posicionamento contrário a todo tipo de influência alheia ao contexto nacional, como o comunismo, fascismo, liberalismo. Em 1941 Cassiano Ricardo, já membro da Academia Brasileira de Letras, foi nomeado diretor do jornal *A Manhã*, órgão oficial do governo Vargas.

É neste contexto que a obra *A Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil* é publicada em 1940 em dois volumes de 585 páginas. Conforme observado por Vitale Joaroni Neto (2017), esta obra recebeu 4 edições. Em cada edição os volumes passaram por alterações, seja nos títulos dos capítulos que na organização interna dos conteúdos. De qualquer forma, o foco central da *Marcha para Oeste* permaneceu intacto. Neste livro Cassiano Ricardo busca explicar por meio das bandeiras a formação brasileira do ponto de vista físico e histórico. É nesta obra que o autor formula suas ideias a respeito da existência de uma democracia racial tipicamente brasileira, pautada pela convivência harmoniosa entre as três raças (indígena, negra e branca).

Segundo Velloso, a importância dada a existência de um antagonismo racial em equilíbrio tipicamente brasileiro, observável na obra de Cassiano, reflete “a preocupação dos ideólogos em produzir uma identidade social, condição necessária para a implementação de um projeto político, cujo sigma seria o da unidade nacional (VELLOSO, 1982, p.92). Neste sentido, a mestiçagem era a resposta para a questão: para quem governar? Era por meio da mestiçagem que as fronteiras biológicas era superadas; a mestiçagem “diluía não só a ‘diversidade’, como também a ‘desigualdade’ entre índios, negros e brancos” (CASTRO, 1996, p. 193). Como resultado, a identidade do povo brasileiro era uma amálgama das raças que aqui conviviam.

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre assevera que a formação da identidade brasileira ocorreu sob os auspícios da miscigenação. O colonizador português é descrito como um ser “*híbrido*, resultado de uma amálgama iniciado antes, muito antes do seu desembarque no continente americano” (ARAÚJO, 1994, P.40). Seja pela sua posição geográfica, pela proximidade com a África ou pelo impulso colonizador, o português já

trazia consigo o fundamento da miscigenação.

[...] indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo (FREYRE, 2003, p.66).

É na índole adaptável que se encontra a maior virtude do português. Foi graças a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatabilidade, em seguida condensadas por Freyre no adjetivo *plasticidade* que tornou possível que um país de dimensões pequenas e pouco povoado conseguisse na empresa de se instalar em regiões tão distantes pelo globo.

A miscibilidade do português garantiu assim a intimidade sexual com outras raças, o que levou Freyre a afirmar que a formação brasileira não se deu “no puro sentido da europeização. Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura européia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana” (FREYRE, 2003, p.115).

Conforme o autor, a escravidão brasileira ocorreu sob circunstâncias únicas o que atenuou os males do sistema.

Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América. (...) Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos (FREYRE, 2003, p. 251).

O processo de mestiçagem e as relações definidas como afetivas durante a escravidão entre senhor e escravizado no Brasil alimentou o mito da democracia racial cujas raízes remontam ao século XIX. Petrônio Domingues (2005), aponta, para além do processo de mestiçagem, outros fatores também responsáveis pela construção e

propagação deste mito, como: a literatura de relatos de viagens de viajantes europeus que visitaram o país e a produção da elite intelectual e política.

O viajante francês Louis Couty ao visitar o Brasil no século XIX escreveu:

No Brasil, o liberto entra plenamente em uma sociedade na qual ele é imediatamente tratado como um igual (...). No Brasil, não somente inexiste o preconceito racial, e as freqüentes uniões entre as diferentes cores constituíram uma população mestiça numerosa e importante; mas também esses negros libertos e esses mestiços misturam-se inteiramente à população branca (...). Não é somente à mesa, no teatro, nos salões, em todos os lugares públicos; é também no exército, na administração pública, nas escolas e nas assembléias legislativas que encontramos todas as cores misturadas, em igualdade de condições...(COUTY *apud* DOMIGUES, 2005, p.119).

A relação romântica descrita pelos viajantes impulsionaram a construção do mito da democracia racial. Nestes relatos a escravidão brasileira é apresentada como branda. O relacionamento entre o senhor e o escravizado é romantizada, marcada por laços de quase familiaridade. Segundo Couty, a prova que no Brasil o preconceito racial era inexistente se dava pela quantidade de mestiços e de sua boa inserção na vida social da cidade. Consequência direta das relações amigáveis entre as três raças que compunham o cenário social nacional.

Como já apontado por Domigues, Gilberto Freyre não é o fundador do mito da democracia racial, no entanto deu suporte teórico e científico aos fundamentos de um mito construído historicamente pela elite e aceito pelas demais classes sociais, inclusive por uma parcela da população negra. Entre o pós-abolição e 1930 o sentido de democracia racial já fazia parte do imaginário das relações sociais presente no pensamento nacional, com a obra *Casa Grande e Senzala*, Freyre conseguiu transformar o mito da democracia racial em ideologia racial oficial. (DOMIGUES, 2005, p.127).

Cassiano Ricardo, imbuído deste imaginário em torno da democracia racial brasileira, assim como outros escritores modernistas, em sua obra ressalta a importância da miscigenação por inaugurar uma democracia social por meio da democracia biológica. Em sua obra, o mérito por tal feito recai sobre os bandeirantes. A mestiçagem, “é produto

típico da bandeira ou do grupo social móvel que fêz o sangue de todas as raças circular pelos rincões mais distantes” (CASSIANO, 1970 p. 341).

As bandeiras ao mesmo tempo em que expandia e moldava os contornos territoriais da nação também deu forma a população brasileira, resultante da união das três raças que marchavam juntas pela conquista do oeste. Com as bandeiras “(...) inaugura-se uma democracia que não é o grupo social harmonizando raças antagônicas, mas as próprias raças se harmonizando em claros-escuros e subcores que lhe dissipam as fronteiras biológicas, dentro do mesmo grupo social (CASSIANO, 1970, p. 286).

Para Cassiano, a origem da democracia brasileira é bandeirante:

A democracia não podia nascer na zona do criatório nem na dos engenhos. Se esta é feudal aquela impossibilita a pequena propriedade e rarefaz a população, agindo ambos anti-democraticamente. Ao passo que a bandeira nasce num meio democrático, a sua mobilidade só se explica pela pequena propriedade e pela pequena agricultura, além de povoar o país, criando-lhe a substância viva da democracia” (CASSIANO, 1942, p.24).

Em contraste com o cenário social fixo e cristalizado do litoral norte marcado pelo latifúndio, monocultura e trabalho escravo; a democratização pela bandeira é garantida pela pequena propriedade e policultura em constante movimento, seja espacial que biológico. É na bandeira que a biodemocracia alcança o seu maior desfecho, “só duplicado em mestiço é que o branco conquistou e colonizou o Brasil, promovendo – e não vai nisto muito exagero – uma das maiores revoluções da humanidade” (CASSIANO, 1970, p. 356).

As dinâmicas que envolviam o movimento das bandeiras traziam em si o gérmen da solidariedade. A vida dura no sertão, os constantes perigos e as desventuras compartilhadas exerciam o poder de nivelador social. A consciência dos perigos e sofrimentos “acabavam por fomentar um espírito cooperativo” e eliminar qualquer “preconceito de côr, credo e de origem” (CASSIANO, 1942, p.23). A camaradagem diante do perigo que lhes cercavam deu origem a uma democracia social espontânea. Para Cassiano (1970, p.360), o sertão obriga os homens a ser solidários entre si:

[...] o contato áspero da terra, o trabalho em comum, a interpenetração de tantos destinos, por força de um só destino, a mestiçagem que atenuava as côres e estabelecia o traço de união imperativo e secreto do sangue, a miragem do ouro

que faiscava no esconderijo instigando os batedores e os desbravadores para uma única direção, a solidariedade vigilante em face do perigo constante, tudo isso faz esquecer preconceitos de classe e cor (CASSIANO, 1970, p.361).

A busca por um objetivo capaz de unir indivíduos tão heterogêneos fomentando o fortalecimento do espírito colaborativo, assim como o processo de mestiçagem que supera qualquer tipo de preconceito, mais do que um retrato verídico do que foi as bandeiras era um augúrio para o presente. O retrato de uma nação múltipla que caminha organicamente cadenciada rumo a direção determinada pelo seu líder, ia ao encontro com os projetos do Estado Novo.

A biodemocracia idealizada por Cassiano era hierarquizada, por mais que não existissem preconceitos a colocação de cada componente da bandeira obedecia “a critérios biológicos naturalmente hierarquizantes” (CAMPOS, 2006, p.146). Na obra *O Brasil no Original*, no capítulo “Democracia Social”, Cassiano declara:

Mas a verdade não envelhece, como disse alguém. E, embora o elemento predominante das arrancadas tivesse sido o mameluco, cuja primeira geração é a gênese da bandeira, o caso é que esta se utilizou das três raças primitivas para a sua democracia étnica. Isso desde muito cedo, poderia eu acrescentar agora. Estas três cores mesclaram o início de nossa paisagem social e humana com pinceladas justas e admiráveis, mostrando mesmo que, já antes da luta contra o invasor, os três tipos raciais que nos servem de origem se haviam juntado harmônica e harmoniosamente em função de conquista. Com esta circunstância: hierarquicamente dispostos pela função que cada cor adquiriu na organização de cada grupo (RICARDO *apud* CAMPOS, 2006, p. 145).

Na concepção do autor a hierarquia que subsistia não era contrastante com sua ideia de democracia, muito pelo contrário, graças as bandeiras cada cor encontrava seu escopo. Segundo o autor:

Pôsto o grupo em marcha, realça-se o seu conteúdo específico: a divisão do trabalho em função de cada cor; (...) O ‘comandante’ ou ‘chefe de bandeira’ substitúe o senhor feudal. O ‘índio em movimento’ substitúe o índio escravizado. A obediência do negro, e o seu aproveitamento nas horas de sedentarismo, corrigem-lhe a escravidão. Formada de todas as raças, três riscos psicológicos bem marcados formam a trama moral de cada bandeira: comando, obediência, movimento” (CASSIANO, 1942, p.23).

Neste modelo rudimentar de democracia, derivado das bandeiras, cada indivíduo

encontra sua ocupação em função de sua cor. Ao mameluco branco, cabe o domínio e supervisão sobre os demais. O elemento indígena empresta as bandeiras “as pernas para caminhar”, é o motor que impulsiona a marcha. O componente africano coloca em ato sua vocação quando o movimento cessa. Faz se necessário “no trabalho das minas, na organização das lavouras para abastecimento da tropa” (CASSIANO, 1942, p.23).

De acordo com o autor, as bandeiras têm a capacidade de dar propósito e tornar úteis até os elementos mais caóticos e desordeiros da sociedade. Para Cassiano (1970, p.355), “em meio dos elementos raciais díspares e inamalgáveis, rebeldes a tudo quanto é poder disciplinador e organizador, a bandeira é a geometria viva que tudo enquadra e retifica”. Em veste de bandeirantes estes indivíduos “inferiores” são reabilitados, podem ocupar e povoar áreas “vazias” cooperando para o avanço nacional e a formação da democracia social e biológica.

Porém, para que a marcha para o oeste alcance bons resultados, a bandeira necessita da direção de um líder qualificado, capaz de orientar todos os elementos da companhia de forma eficiente. Como apontado por Cassiano (1970, p.486), “existe uma forma de govêrno, que é o germe de uma democracia social interessantíssima, em que todos os componentes do grupo têm sua utilidade, uns solidários com os outros e todos integrados numa só alma – obedientes à firme unidade do comando”.

As bandeiras necessitam de um líder, os perigos que circundam a marcha para o interior do país são inúmeros e os momentos de conflito entre os elementos que compõem a comitiva também. As bandeiras são como pequenos Estados e para obterem sucesso necessitam ser estruturadas como tal. O cabo de tropa “é o próprio poder público, o ditador, o chefe de estado” (CASSIANO, 1942, p.27). Nas mãos do comandante da bandeira se concentram os três poderes, que são aquinhoados de forma justa e competente. Um executivo que tudo controla, “com uma autoridade que exerce funções policiais e judiciárias e em tórno da qual se reúnem, dentro da mais estreita solidariedade, e hierarquicamente dispostos, os elementos componentes do grupo” (CASSIANO, 1970, p,485).

A descrição de um governo centralizado capaz de manter a unidade do grupo e realizar as suas aspirações se encaixam com a simbologia de governo proposta por Vargas.

Conforme Velloso, um dos axiomas produzidos pelo pensamento político antidemocrático, observável no Estado Novo, “é o de entender a sociedade como ser imaturo, indeciso e, portanto, carente de um guia capaz de lhe apresentar normas de ação e de conduta” (VELLOSO, 2003, p.156).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cassiano por meio da simbologia bandeirante buscou tecer analogias com a sociedade brasileira de sua contemporaneidade. O Estado Novo se encontrava envolvido em um projeto civilizatório rumo ao oeste. As bandeiras, nesta conjectura, são apropriadas de modo a propagar um legado glorioso do passado nacional assim como impulsionar e legitimar um projeto no presente.

A questão racial e o problema da heterogeneidade que marca a formação do povo brasileiro, mesmo depois de um século da proposta de *Como se deve escrever a História do Brasil*, de Karl Friedrich Von Martius, é premente. A resposta é obtida por meio do mito da democracia racial decorrente do processo de mestiçagem, que segundo o autor, remontava as primeiras bandeiras. O tema da mestiçagem e do convívio harmonioso entre as três raças, mesmo que hierarquizado pelas cores, dá a tônica ao livro. Conforme Castro (1996, p. 192), o Estado Novo foi “um momento estratégico para a construção do mito da democracia racial brasileira”.

Desta forma, Cassiano Ricardo encontrava nas bandeiras a solução para o problema da identidade nacional, assim como fornecia um modelo de empreendimento a ser seguido, cômsona com os preceitos do governo federal. O Brasil, assim como nas bandeiras, para conseguir manter sua unidade e alcançar o progresso prometido pelo projeto desenvolvimentista estadonovista, necessitava de um líder forte. Na simbologia propagada pelo governo, a figura de Vargas incorporava as características do indômito bandeirante. Herdeiro deste legado, Vargas se apresentava como líder apto a manter a unidade nacional e promover o desenvolvimento almejado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Ed.34, 1994.
- CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o ‘mito da democracia racial’’: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p.140-155, 2006.
- CASTRO, Gomes, Ângela de. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CAPELATO, M. Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (org.) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latinoamericanos**, n.10, p. 116-132, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo : Global, 2003.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste. 2ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP. 1986.
- \_\_\_\_\_. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus. 1986.
- NETO, Vitale Joanoni. Cassiano Ricardo e as várias formas do mesmo. Martim Cererê, Marcha para Oeste e as releituras do Brasil entre 1928 e 1970. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** – ANPUH, Brasília, 2017.
- OLIVEIRA, Lippi Lucia. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política e Sociedade**, n.12, p. 13-21, 2008.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 2vol. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 2vols. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.
- VELLOSO, M. Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (org.) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: Gomes, Â. M. C., Velloso, M. P., & Oliveira, L. L. (1982). **Estado Novo**: ideologia e poder. Zahar, 1982.